



Presidente do Legislativo assume o governo do Estado

(fotos Carlos Kilian)



Luiz Henrique com Julio Garcia e Herneus de Nadal (acima), e os parlamentares em Plenário no final da cerimônia

Com o Plenário lotado de lideranças de todo o Estado, principalmente do Sul e do Extremo-oeste, o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) passou o governo ao presidente da Assembléia Legislativa, deputado Júlio Garcia (PFL) na manhã de terça-feira (11). O ato ocorreu logo após a solenidade de transmissão da Presidência da Casa ao primeiro vice-presidente, deputado Herneus de Nadal

(PMDB). Durante 12 dias, Nadal exercerá a presidência do Poder Legislativo, enquanto Julio Garcia administra Santa Catarina.

Garcia agradeceu aos deputados, citando nominalmente cada um dos 39, com quem, juntamente com seus "amigos" (os eleitores) e lideranças políticas, disse fazer questão de dividir a honra de conduzir o Estado. "Este momento só está sendo possível porque vocês confiaram em

mim", resumiu.

O presidente em exercício avaliou o gesto do governo como uma demonstração de confiança e respeito ao Parlamento catarinense. "No mesmo mandato, um governador permite que o presidente do Legislativo assuma a chefia do Poder Executivo por duas vezes", lembrou Herneus. Em 2003, o então presidente, Volnei Morastoni (PT), governou Santa Catarina por duas semanas.

Página 3



Salvaro sugeriu a instalação da Casa do Catarinense para atender quem vive em outros países

Senado e Assembléia buscam solução para emigração ilegal

A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, atendendo requerimento do deputado Clésio Salvaro (PSDB), realizou juntamente com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, do Congresso Nacional, audiência

pública em Criciúma, no último dia 6. O município catarinense só perde para a mineira cidade de Governador Valadares no número de emigrantes que entram, ou tentam entrar, ilegalmente nos Estados Unidos.

Página 8

Audiência analisa propostas para o ensino superior

Página 8

A presidência e a plenitude democrática

Neste período memorável de minha trajetória política, em que vivo a satisfação e honra de assumir a Presidência do Poder Legislativo Catarinense, mais do que o prestígio pessoal, que muito me lisonjeia, interpreto o ato como uma afirmação irrefutável de estarmos vivendo um momento ímpar, de plenitude democrática, com o convívio independente, mas harmonioso entre os poderes constituídos no Estado de Santa Catarina.

Em nossa história recente, o Poder Executivo Estadual não havia dado tantas demonstrações de respeito e confiança na Assembléia Legislativa. Pela segunda vez, no exercício do seu mandato, o governador do Estado se afasta do cargo e, respeitando a ordem sucessória, permite que o presidente deste Poder assumira a chefia do Poder Executivo estadual.

Roberto Bobbio nos diz com propriedade, em seu livro "O Futuro da Democracia", que a democracia é dinâmica, bem como seu estado natural é encontrar-se em constante transformação, além de ser consecutivamente reinventada.

Sinceramente, sinto-me duplamente prestigiado: como parlamentar, ao ver nosso presidente assumir o Governo do Estado; e como membro da Mesa, na condição de primeiro vice-presidente, ao ser guindado para o exercício da presidência, durante este período de interinidade. Quero, pois, dar minha modesta contribuição para a continuidade desse trabalho harmonioso conquistado com muita competência e maturidade pelo

nosso governador Luiz Henrique e pelo nosso presidente Julio Garcia.

Durante estes dias, como já vem ocorrendo aqui na Assembléia Legislativa, os deputados estaduais contarão com todo o instrumental disponível e necessário para, em condições de igualdade, honrar os compromissos com aqueles que nos elegeram seus legítimos representantes no Parlamento catarinense.

Aos servidores e servidoras deste Poder, agradeço o apoio competente que nunca tem me faltado e faço um apelo: mais do que nunca conto com todos vocês; conto com o apoio dos mais graduados aos mais humildes. E podem contar com este amigo, transitoriamente no cargo de presidente, mas amigo para sempre.

Rendo, também, minha mais sincera homenagem às mulheres e homens de meu Estado, a maioria gente simples, trabalhadora, de sol a sol, que com suor e perseverança fazem a pujança de Santa Catarina. Minha homenagem à gente simples que ainda espera uma distribuição mais justa das riquezas que produz. Minha gratidão a todos os que, no dia-a-dia, doam suas vidas para que nossos filhos vivam em um mundo melhor, mais justo, mais solidário. É em nome dos milhares de heróis anônimos do meu Estado que exercerei com muita humildade e dignidade mais esta missão que a vida me confia.

Deputado Herneus de Nadal
Presidente em exercício da Alesc

Diga Sim à vida e Não à indústria bélica

Sim à proibição para comercializar armas de fogo. Não é somente esta medida amparada por lei que reverterá a violência instalada no Brasil, mas com certeza contribuirá para que muitas famílias tenham dias mais tranquilos. É preocupante, e lamentável, que um país como o nosso reverenciado pelas belezas naturais, pelo futebol e samba tenha o maior número de pessoas mortas com armas de fogo no mundo. Aqui não há catástrofes a olho nu, em contrapartida, o desencadeamento de uma guerra civil em que cerca de 100 cidadãos por dia perdem a vida, quase 40 mil por ano. Nas últimas duas décadas foram mais de 600 mil pessoas, a maioria entre 15 e 24 anos.

A raiz deste grave quadro não é exclusivamente banir o uso de revólveres, o problema é mais complexo e passa pela estrutura do sistema econômico e social. Mas há que ter a iniciativa em várias frentes e o início deve ser pela educação familiar, por isso, a necessidade de aderir a causa em prol de uma cultura da paz e defesa da vida. Com esta conscientização, contribui-se inclusive para o incentivo ao diálogo ao invés da força nos conflitos. A cultura já traz enraizado o machismo e uma arma só vem a incitar a virilidade masculina que, muitas vezes, faz uso indevido e provoca discórdia na sua própria família, como sinaliza o índice de 40% de mulheres vítimas de seus parceiros.

As estatísticas apontam que a cada três armas em mãos de bandidos, uma foi roubada de um cidadão de bem. Prova disso, é a recente pesquisa realizada pela Secretaria da Segurança do RJ a qual revela que 72% das armas usadas em crimes, entre 1999 e 2005, pertenciam a "cidadãos de bem", e 33% com registro legal. São estas "nossas armas" que circulam nas favelas e contribuem para o aumento do tráfico, dos assaltos e assassinatos. Votar SIM está ao nosso alcance em desarmar parte dos criminosos que, junto com a fiscalização ostensiva da polícia e do Estado, enfrentarão empecilhos na burocracia para adquirir as armas.

Os apoiadores do NÃO estão dando o aval ao aumento da criminalidade e, pior, sendo cúmplices da indústria bélica que fatura milhões anualmente. Sabe por que a preocupação? Pois o resultado da Campanha do Desarmamento em 2004, iniciativa do governo Lula, reduziu o número de mortos por armas de fogo em 8,2%, ou seja, 3.234 vidas poupadas, assustando o segmento que prefere ganhar dinheiro em detrimento de salvar vidas. Se não houvesse campanha de desarmamento, teriam sido cerca de mais 42 mil óbitos. Assim, a reflexão para o dia 23 é: "vale mais prezar a vida do ser humano ou continuar no erro deste sistema contraditório que é o capitalismo?"

Deputado Francisco de Assis Nunes (PT)

Leatrice lança coletânea de poesias

A escritora Leatrice Moellmann lançou, no último dia 29, no hall da Assembléia Legislativa, o livro intitulado *Sedução*. "Este livro traz o timbre da Academia Catarinense de Letras. Estava programado desde 2002, durante a presidência do saudoso Paschoal Apóstolo Pítsica, tão prematuramente desaparecido", contou a escritora durante a cerimônia de lançamento.

Ao assumir a presidência da Academia Catarinense de

Letras, o professor Lauro Junkes deu continuidade ao projeto. "Ela contém toda a minha poesia, ou seja, é a coletânea dos meus livros publicados, alguns já esgotados, acrescida de poemas recentes, perfazendo quase 300 páginas. O confrade-artista Rodrigo de Haro gentilmente se ofereceu para fazer a capa, e eu aceitei, o que a enriqueceu".

A autora explicou que o livro recebeu o nome de um soneto homônimo, "o mais conhecido e reconhecido", a quem chamou de carro-chefe de sua obra.

O soneto, contou ela, foi composto na década de 70, no Rio de Janeiro. "Num ônibus lotado, em pé, veio-me de repente esta frase: *Quero despir pra ti as minhas meias*. Habituada a versejar, contei nos dedos a divisão silábica, que era perfeita para um verso decassílabo. Deliberei fazer um soneto cujo fecho seria essa fras."



Leatrice na noite de autógrafos de seu novo livro

Agenda

Dia 17, 19h – Concessão de Medalha de Mérito Castorina Lobo de São Thiago – professores que prestaram relevantes serviços à educação

Local: Plenário

Dia 18, 18h – Lançamento do Guia Turístico e 1ª Mostra de Fotografia de SC

Local: Hall da Alesc

Dia 19, 19h – Lançamento do livro *Um Rio de Letras II*, editado pela Sociedade dos Escritores de Blumenau

Local: Hall da Alesc

Dia 20, 19h – Realização do "Ato pelo Sim à Paz.....Não às Armas"

Local: Plenário

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB) (presidente em exercício)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Rodrigo César de Araújo e Suelen Regina Hilário

Impressão: Diário Catarinense

Julio Garcia comanda Santa Catarina por 12 dias

(fotos Alberto Neves)

pela primeira vez na história da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, o cargo de governador do Estado é transmitido ao presidente do Legislativo no Plenário da Casa. A solenidade em que o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) passou o governo ao deputado Julio Garcia foi realizada na manhã do dia 11.

Garcia comanda o Estado até o dia 22, quando Luiz Henrique retorna da missão oficial à Alemanha e à China. Durante este período, o vice-governador, Eduardo Pinho Moreira (PMDB), estará em férias.

Antes de receber o governo, Julio Garcia transmitiu o cargo de presidente do Legislativo ao deputado Herneus de Nadal (PMDB).

Ao tomar posse, Herneus afirmou que esse é o mais alto cargo que assume na trajetória de sua vida pública. "O Artigo 32 da Constituição Estadual diz que os poderes são in-

dependentes e harmônicos entre si e nós estamos vivenciando a plenitude democrática, momento ímpar de vida em nosso Estado, onde os poderes constituídos vivem harmoniosamente entre si. E isso é comprovado pelo fato de que, no mesmo mandato, um governador permite que o presidente do Legislativo assuma a chefia do Poder Executivo por duas vezes, numa demonstração clara de respeito e de confiança ao Parlamento catarinense", observou.

Herneus de Nadal disse ao governador que pode viajar tranquilo, pois o governo continua em mãos confiáveis, em mãos competentes e com sensibilidade de ouvir as postulações e as reivindicações da sociedade. "Não abdicarei da defesa intransigente do Parlamento, da autonomia federativa, cobrando instrumentos necessários e respeito devido ao trato com nosso Estado, seguindo o exemplo do nosso presidente Julio Garcia", enfatizou. (CA)



Herneus de Nadal: "Vou conduzir o Parlamento com a mesma autonomia que o nosso presidente"

Respeito e solidariedade



Julio Garcia: "Este momento só é possível devido aos amigos (eleitores), deputados e líderes políticos"

Ao assumir o governo do Estado por 12 dias, Garcia agradeceu à sua mãe, aos filhos e aos amigos, principalmente àquele que lhe permitiu o ingresso na vida política e no PFL, o senador Jorge Bornhausen. Ele reverenciou ainda todos os deputados que o elegeram presidente da Assembléia Legislativa. Eleito por unanimidade, Julio Garcia nominou um por um os 39 parlamentares.

"Espero corresponder às expectativas e à confiança do governador, que me permite a realização de dois sonhos. O primeiro, que não sonhei, que é o de ser governador, e o segundo, que a vida pública me deu, de ter grandes amigos e a oportu-

nidade de conhecer o espírito de solidariedade do cidadão e, em especial, daqueles que se dedicam ao voluntariado", destacou. No exercício do governo catarinense, o deputado Julio Garcia enviará ao Legislativo projeto de lei que prevê a destinação de 1% dos recursos do Fundo Social para as APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de todo o Estado, com distribuição calculada pelo número de alunos.

Ao transmitir o cargo, o governador Luiz Henrique da Silveira lembrou de sua trajetória política, iniciada no Parlamento, onde foi deputado estadual por dois anos e em seguida deputado federal por cinco mandatos.

"Foi aqui na Assembléia Legislativa a minha melhor escola, que ensinou-me a fazer política, que me deu pela primeira vez a tribuna do povo, que ensinou-me também a legislar e catapultou-me a outros cinco mandatos na Câmara dos Deputados. Essa é a primeira razão pela qual, pela segunda vez, entrego a chefia do Poder Executivo a um parlamentar, presidente desta Casa", discursou. O primeiro presidente a assumir o governo estadual nesta legislatura, foi o ex-deputado Volnei Morastoni, hoje prefeito de Itajaí. Em ambos os casos, completou, "encontrei presidentes equilibrados, colocando acima de qualquer questão partidária o interesse soberano do Estado." (CA)

Legislativo acompanha missão do governo

Os deputados José Carlos Vieira (PFL), Nilson Gonçalves (PSDB) e Antônio Aguiar (PMDB) viajaram na quarta-feira (12) integrando a comitiva catarinense para a Alemanha e China, liderada pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Parcerias econômicas devem ser firmadas, principalmente com a China, país com uma das mais importantes economias da atualidade.

Na Alemanha, haverá o encontro da comitiva com empresários na cidade de Berlim e, no dia 14, será apresentado o projeto de estabelecimento de aposentados alemães em Santa Catarina.

Serão apenas quatro dias na Europa, com a comitiva partindo para Guangzhou, China, no dia 15. Naquele país, estão marcadas várias reuniões com empresários e visitas a empresas e feiras da região. Estão previstos também na agenda da comitiva encontros com autoridades das cidades de Zhengzhou e Pequim. Duas empresas catarinenses instaladas na China também serão visitadas: a Sadia e a Embraco. O retorno para Florianópolis está previsto para o dia 22.



José Carlos Vieira



Nilson Gonçalves



Antônio Aguiar

Sessão lembra os 93 anos da Batalha do Irani

Os 93 anos da Batalha do Irani, confronto inicial da Guerra do Contestado – considerada uma das três maiores revoltas camponesas da história –, foram lembrados pela Assembleia Legislativa, na noite do dia 11, com a realização de sessão solene. O livro *O Contestado: A história que o Brasil não conhece* – da professora Rosa Maria Tesser e do professor de história da UFSC, Paulo Pinheiro Machado –, e a I Semana Cultural do Contestado foram lançados durante o evento. A Semana acontece de 16 a 22 de outubro, em Irani, e o prefeito da cidade, Fábio Antonio Fávero (PFL), convidou a todos os catarinenses a participarem.

Conforme registrou o deputado Antônio Aguiar (PMDB), a Guerra do Contestado, na historiografia catarinense é o mais contundente e mais importante fato histórico. “Sem menosprezar outros episódios de grande valor histórico para o nosso Estado, como a Revolução Farroupilha e a Revolução Federalista, firmamos que a Guerra do Contestado, pela sua amplitude social, geo-econômica, política e mesmo bélica, é a mais longa e valiosa página de nossa história. Sem ela, Santa Catarina não teria as fei-

ções geográficas que tem hoje e não teria avultado sua formação econômica, outrora centrada no extrativismo florestal, além da pecuária tradicional. Aliás, foi o interesse por esse extrativismo a principal causa econômica do conflito”, rememorou, fazendo referências a alguns nomes conhecidos como os de Aleixo Gonçalves dos Santos, Antônio Tavares, Bonifácio José dos Santos e Henrique Wolland, assim como de todos os anônimos que morreram lutando pela razão daquilo que pensaram ser o melhor para a gente desassistida.

Nascido numa localidade próxima ao município de Tangará, no meio de Taquaruçu e Timbó, o deputado Antônio Ceron (PFL) contou que, quando criança, convivia e ouvia falar desse fato que marca forte a história catarinense. “Essa batalha não só definiu os limites com o Paraná, mas os limites de nosso país, pelo interesse que tinha a vizinha Argentina, mas também foi marca-

da como o primeiro conflito agrário vivido pela nossa gente. Temos muito orgulho das coisas que aconteceram em nosso Estado, vale destacar que as pessoas que tombaram na luta e o messianismo do monge José Maria estão presentes em nossa história”.

Semana - No primeiro dia em que assumiu interinamente a presidência da Assembleia Legislativa, o deputado Herneus de Nadal (PMDB) disse estar honrado em conduzir a sessão solene que abre a Semana Cultural do Contestado. “O episódio da batalha do Irani é uma história de

vencidos. O povo, os humildes, os pioneiros da ocupação do interior do Estado travaram uma guerra contra a opressão e nela muitos tombaram. Venceu o Estado, venceu o capital, ambos injustos e intolerantes”, registrou.

Documentário – O jornalista e presidente do Instituto Casa do Contestado, Sérgio Rubim, responsável pela pesquisa e resgate histórico que, numa parceria com a prefeitura de Irani e com o apoio da Assembleia promoveu o lançamento da I Semana Cultural do Contestado, é também o produtor executivo

do documentário “Contestado: A Guerra Desconhecida”. Para concluir os 58 minutos de exibição e o único documento do gênero que aborda esse resgate histórico, Rubim trabalhou dois anos, durante o período de 1984/85, garimpando os sobreviventes da guerra, hoje desaparecidos mas que contaram os fatos em que viveram.

“Os sobreviventes, como o tamboreiro, o franco atirador do Exército e a dona Rosa Ventura, filha do grande líder jagunço Chico Ventura, contam a história. Além disso, conseguimos recuperar fotos históricas inéditas e filmes da época, resultando num trabalho interessante e muito importante para a história de Santa Catarina”, explicou.

A história – A Batalha do Irani iniciou nas primeiras horas do dia 22 de outubro de 1912, na localidade de Banhado Grande, quando tropas paranaenses comandadas pelo coronel João Gualberto atacaram um grupo de sertanejos catarinenses liderados pelo monge José Maria. O monge pregava a volta à monarquia e a construção de uma sociedade igualitária. O conflito se alastrou por dezenas de cidades catarinenses durante quatro anos. Cerca de 20 mil pessoas morreram durante essa guerra. (CA)



Deputado Ceron (na tribuna) classificou o episódio como o primeiro conflito agrário do Estado

(foto Alberto Neves)

Seminário enfatiza transparência nas contas públicas

Mais de 100 pessoas participaram da segunda etapa do I Programa Regional de Formação de Agentes Políticos, na cidade de Chapecó, no dia 6. O evento aconteceu na Faculdade Exponencial e objetivou capacitar os agentes políticos sobre os temas: LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), PPA (Plano Plurianual Municipal) e LOA (Lei Orçamentária Anual).

A promoção foi da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, por intermédio da Escola do Legislativo e do Programa Interlegis, do Senado Federal. Apoiaram o seminário o ILB (Instituto Legislativo Brasileiro), a Unilegis (Universidade do Legislativo), a ABEL (Associação Brasileira das Escolas do Legislativo), a Acamosc (Associação de Câmaras Municipais do Oeste de SC), a Câmara Municipal de Cha-

pecó, a Amosc (Associação dos Municípios do Oeste de SC) e a Faculdade Exponencial (FIE).

O deputado Herneus de Nadal (PMDB), presidente em exercício da Alesc, abriu o encontro. Herneus analisou o momento político do Legislativo brasileiro, enfatizando que as Câmaras Municipais de Santa Catarina, via de regra, têm mantido uma postura ética no trato das coisas públicas. “O vereador é uma viga mestra, é o pilar da democracia e, sem exagero, o legítimo representante da sociedade”.

Também participaram da abertura o deputado Gelson Sorgato (PMDB), o vereador Valdecir Gazoni, presidente da Câmara Municipal de Planalto Alegre e presidente da Acamosc, Hélio Francis-

co Dal Piva, secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Chapecó, Gilberto Ari Tomasi (PMDB), prefeito de Caxambu do Sul e presidente da Amosc, o vereador Arestide Fidélis (PMDB), presidente da Câmara Municipal de Chapecó, Jales Ramos Marques, consultor do Senado Federal, representando o Programa Interlegis, Zelita Terezinha Pa-

negalli, secretária municipal da Educação de Chapecó, e o vereador Delvino Dall Rosa (PMDB), representando a Uvesc (União dos Vereadores de SC).

Na platéia, além dos vereadores, presidentes de Câmaras, suplentes de vereadores, líderes comunitários e agentes políticos, havia um grupo expressivo de universitários dos cursos de Direito e Administração.



Iniciantes eram maioria entre os alunos



Servidores do Legislativo estadual atuam como palestrantes

Lançamento – Nadal apresentou, na abertura do encontro, a publicação “Parlamento Municipal – Breve Estudo Teórico & Prática”, produzido por seu gabinete e de autoria do advogado e servidor da Assembleia Legislativa, Marcelo Augusto Costa Richard, que também estava presente. Todos os participantes do encontro receberam um exemplar do manual. (MAG)

(fotos Solon Soares)

Assembléia condecora motoristas de ambulância

Centenas de motoristas de ambulância estiveram presentes ao Plenário Osni Régis, na noite de segunda-feira (10), para receber uma homenagem dos parlamentares pelos relevantes serviços prestados aos cidadãos catarinenses. Um total de 1.542 profissionais receberam um diploma dos parlamentares, entre eles a única mulher motorista de ambulância que não faz parte do Corpo de Bombeiros, Elizete Jorge Padilha, de Taió. Eles também aproveitaram a oportunidade para entregar um troféu ao presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), e ao deputado Onofre Agostini (PFL), que propôs a sessão solene e é autor do projeto de lei, já sancionado pelo governador, que institui o dia 10 de outubro como a data comemorativa destes profissionais.

O deputado Julio Garcia, ainda na Presidência da Casa, coordenou a sessão solene que contou com participação do secretário estadual da Saúde, Dado Cherem (PSDB), do presidente da Associação dos Motoristas de Ambulância de Santa Catarina, Joel Flor, e dos deputados Lício Mauro da Silveira (PP), Nelson Goetten (PFL), Antônio Aguiar (PMDB), Reno Caramori (PP), Manoel Mota (PMDB) e Dionei Walter da Silva (PT).

Onofre informou que 90% das ambulâncias que saem dos municípios catarinenses dirigem-se a Florianópolis. Entretanto, a capital não oferece a infra-estrutura necessária, como estacionamento nos hospitais, para as ambulâncias, ou um local próprio para que os motoristas façam suas refeições, sua higiene pessoal e descansem antes de retornar a suas cidades. "Alguns motoristas já perderam a vida em acidentes com a ambulância, como foi o caso do João Sidinei Lemos, de Brunópolis, junto com outras sete pessoas, que acidentaram-se durante a madrugada. Ele dormiu no volante."

O parlamentar fez um apelo para que o secretário una esforços com a Assembléia Legislativa para alugar ou construir uma casa onde os motoristas possam se abrigar. "Essas pessoas merecem muito, dirigem com amor, muitas vezes são médico, enfermeiro, psicólogo, pai e mãe dos pacientes transportados. Também quero prestar minhas homenagens às suas mulheres, que são o seu ombro amigo quando chegam desanimados, com algum paciente que perdeu a vida, e ficam confortando e animando."

O secretário Cherem enfatizou a importância da implantação do Dia do Motorista de Ambulância, já que muitas vezes esses

profissionais colocaram suas vidas em risco para salvar outras. "Como secretário da Saúde de Camboriú, fui testemunha de muitos motoristas que tiravam dinheiro do próprio bolso para vestir um doente, para dar comida ao acompanhante ou o filho. Vamos trabalhar para oferecer melhores condições de trabalho e de vida a eles." Cherem disse que fará o possível para que o pedido do deputado Onofre seja atendido. (DAB)



Deputado Onofre (acima): reconhecimento

Homenageados

Alberto Frotscher - Jaraguá do Sul
Alcir Luiz Bagatolli - Rio Negrinho
Antônio da Silva - Quilombo
Antônio Marques Pires - Florianópolis
César Rodrigues - Criciúma
Elizete Jorge Padilha - Taió
Erson Mendes Madruga - Balneário Camboriú
João Anacleto - Trombudo Central
João José da Silva - Florianópolis
João Manoel Inácio - Florianópolis
José Pires - Lages
Julmiro João Garcez - Florianópolis
Leone Mar Alexandre da Silva - Florianópolis
Lourival da Silva - Joaçaba
Manoel Cruz - Curitiba
Nilton de Carvalho Gomes - Araranguá
Orlando de Miranda Filho - Florianópolis
Pedro Cardoso - Imbituba
Selmo José dos Santos - Blumenau
Sinésio Martins - Joinville

In Memoriam

João Sidinei Lemos - Brunópolis
Ildo Dueduemes - Pomerode



Elizete foi homenageada pelo seu pioneirismo



Galerias e Plenário lotaram com a presença dos profissionais e seus familiares

Curso especial

Dézio Dalcenter, professor de cursos técnicos para motoristas de ambulância, de Curitiba, único do Estado, segundo Onofre, falou sobre a equipe do Colégio Juscelino Kubitschek de Oliveira, onde o curso é ministrado. "Quero agradecer à extraordinária equipe de professores que se dedica para que os motoristas tenham uma perspectiva de melhores salários e mais segurança nas estradas."

Joel narrou a rotina de um motorista que muitas vezes não tem horário de folga e enfrenta com muita coragem as adversidades climáticas e os congestionamentos. Para ele, o que mais prejudica é a falta de estrutura nos locais de atendimento aos pacientes. "Vivemos em um risco permanente, mas estamos nos organizando para buscar melhorias e mais atenção do governo." (DAB)

Odete relata participação em fórum internacional

A deputada Odete de Jesus (PL), que representou a Assembléia Legislativa no IFórum Internacional da Mulher no Parlamento, fez um relato em Plenário, na tarde do dia 11, sobre o evento realizado no Rio de Janeiro no último dia 7. Organizado pela Rede de Mulheres Parlamentares das



Deputada Odete de Jesus

Américas e do Caribe discutiram políticas públicas para a valorização da mulher nos parlamentos. "O encontro teve como objetivo estimular a participação da mulher na política, mas de uma forma efetiva, e não somente para fazer número na cota determinada por

lei aos partidos", enfatizou Odete, assinalando que estes encontros têm como objetivo despertar a vocação política nas mulheres.

O encontro foi realizado no Palácio Tiradentes, onde aconteceu também a reunião do Comitê Executivo da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas. A deputada Odete de Jesus comentou sua participação em Criciúma, no dia 6, na audiência pública da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, da Câmara Federal. "Temos que garantir proteção às vítimas desse tráfico de seres humanos", afirmou. (IP)

Mulheres parlamentares das três

Inclusão digital e social

Carlos Agne

Entre tantas iniciativas para ampliar o acesso à tecnologia digital e de informação, ainda muito restritas no Brasil e em Santa Catarina, foram criados os Telecentros e Escolas de Informática para a Cidadania, espaços de contato das populações pobres com microcomputadores e com as informações necessárias para o seu uso. O diferencial dos Telecentros com outros projetos é a ênfase no uso dos computadores para a inclusão social.

A discussão da inclusão digital incipiente no Brasil tem se ancorado, conforme avaliam especialistas, num princípio equivocado, já que os agentes envolvidos no processo (ONGs, estados, municípios) têm tratado o assunto como democratização apenas da informática, e não da informação. O que tem potencial transformador não é a informática, mas a informação. A inclusão digital não consiste apenas em trabalhar os dados, mas também as informações, o que torna indissociável os processos de inclusão digital social.

É sob essa perspectiva que o CDI (Comitê para a Democratização da Informática) desenvolve seu trabalho em todo o país. Organização não-governamental sem fins lucrativos, desenvolve ações desde 1995 para promover a inclusão social utilizando a tecnologia da informação como instrumento de construção e exercício da cidadania. Através de suas EICs (Escolas de Informática para a Cidadania), o Comitê implementa programas educacionais no Brasil e no exterior, mobilizando os segmentos excluídos da sociedade para transformação de sua realidade.

“Trabalhamos em parceria com comunidades de baixa renda e públicos com necessidades especiais, tais como deficientes físicos e visuais, usuários psiquiátricos, jovens em situação de rua, presidiários, população indígena, entre outros. O domínio das novas tecnologias não só abre oportunidades de trabalho e de geração de renda, como também possibilita o acesso a fontes de informação e espaços de sociabilidade”, explica o diretor administrativo do CDI, Norival Viel.



Em Canasvieiras, adultos procuram aprender



Turma de formandos da ECI da Ação Social de Barreiros, em São José

Parcerias refletem responsabilidade social

Na solenidade de entrega de diplomas, o presidente da CDI de SC, Antônio Paulo Póvoas Dias, agradeceu as parcerias que estão sendo firmadas, importantes para a prática da responsabilidade social que está se consolidando gradativamente entre empresas e organizações brasileiras. “Ela é uma das principais formas de combate às desigualdades sociais. O engajamento da sociedade civil nessa tarefa é a alternativa viável para o crescimento, já que há um consenso de que o governo não consegue resolver esse problema sozinho”, assinala. A CDI tem mais de 40 EICs funcionando em Santa Catarina e o trabalho que realizam não pretende ficar por aí, afirma Póvoas. “Nossa visão de futuro nos permite sonhar com uma comuni-

dade informatizada, gerando informações para o mundo. Aquela comunidade pobre hoje é rica em conhecimento e pode ter seu próprio espaço na Internet ou outros meios que mostrem o que ela tem de melhor, sua cultura, seus costumes, sua história, seu folclore, o que produz, o que tem para vender e como pode gerar negócios. Nossa visão de futuro nos permite continuar a sonhar e idealizar um mundo sem grandes diferenças, onde a informação será um patrimônio universal e não existirão excluídos digitais, nem sociais. Utopia?”, reflete.

Parceiros – Para promover a inclusão digital, o CDI procura formar parcerias com organizações filantrópicas nacionais e in-

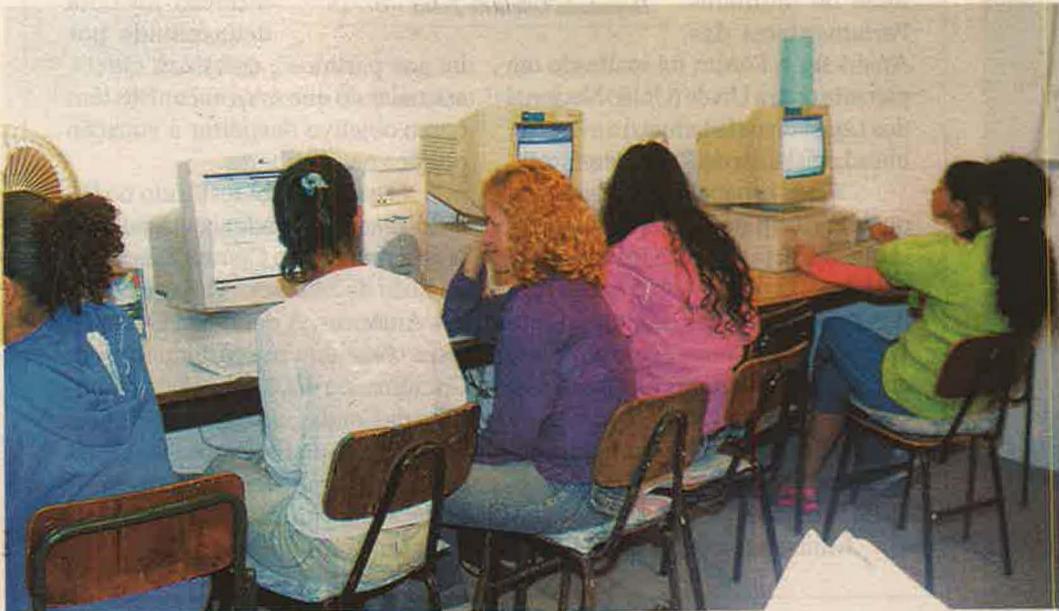
ternacionais, com o meio empresarial, com agências governamentais e busca doações individuais. Essas parcerias são vitais para garantir a manutenção da equipe de profissionais, responsável pela criação, apoio e acompanhamento das atividades da Rede CDI e suas respectivas Escolas de Informática e Cidadania.

Entre as parcerias, destaca-se que a Assembleia Legislativa e o CDI-SC assinaram um Protocolo de Intenções em 5 de maio, documento que foi assinado pelos presidentes da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), da Escola do Legislativo, deputado Celestino Secco (PP), e do CDI-SC, Antônio Paulo Póvoas. Também estão

consolidadas parcerias com Fucas (Fundação Casan), UnCIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), Brasil Telecom, Tribunal Regional do Trabalho.

Com a Secretaria de Estado de Agricultura e Política Rural parceiro no Programa Beija-Flor, o projeto dá acesso gratuito aos recursos das tecnologias da informação e da comunicação para pessoas das áreas rurais e de campo em Santa Catarina.

Com o apoio do Banco do Brasil, segundo o representante da instituição, Mário Calegari, em 2004 foram implantados mais de mil Telecentros Comunitários ou Salas de Informática do Brasil em todo o território nacional (o chamado projeto regional), sei-



Detentas que cursam informática no Presídio Feminino de Florianópolis dizem que a auto-estima se elevou

Unidades elevam auto-estima

Em Canasvieiras, na capital catarinense, funciona uma das EICs do Comitê, atendendo a 50 alunos que também estão participando do PIT (Programa de Iniciação ao Trabalho), que está sendo promovido pelo CIEE (Centro de Integração Empresa-escola), no mesmo local; atribuindo à CDI-SC a parte relativa à inclusão digital.

O aposentado Marino Paulino Duarte, de 64 anos, morador de Vargem Grande, diz que não sente os cerca de quatro quilômetros de distân-

cia de sua casa e muito menos a subida de dezenas de degraus para chegar à sala de aula. “Fiquei sabendo do curso através de minha filha, que trabalha na comunidade. Tenho aulas nas terças e quintas-feiras e ainda não perdi uma sequer. Apesar da minha idade gosto de acompanhar as outras gerações. Sinto necessidade de informação e não quero ficar para trás”, observa ele contrastando com os jovens que formam a sua turma.

A Asonseg (Ação Soci-

al Nossa Senhora de Guadalupe) é a mantenedora do curso que atende moradores das comunidades de Ponta da Moura, Balneário de Canasvieiras, Canto do Lamin, Canasvieiras, Jurerê, Jurerê Internas, Praia do Forte, Daniela, Vargem Pequena e Vargem Grande. O curso dispõe de um site na Internet (www.grupos.com.br/asonseg), onde 57 associados fazem parte de um grupo de discussão. Os integrantes se encontram e trocam mensagens e informações.

IAL

cial andam juntas

(fotos Jonas Lemos Campos)

Unidades penitenciárias aderem ao projeto

No presídio feminino de Florianópolis, onde funciona a EIC (Escola de Informática para a Cidadania) Reviver, os dados indicam como a atuação do CDI está repercutindo positivamente na qualidade de vida dos internos. Além das aulas contarem para a redução da pena dos detentos, o programa gera uma melhora quantitativa e qualitativa das condições de cumprimento das sentenças, contribuindo para a reintegração social, evitando a violência nas prisões e a reincidência no crime.

Eliane Vargas, de 28 anos, cumpre pena de dois anos e três meses por tráfico

de drogas. Um mês depois de iniciar o cumprimento de sentença ela ingressou na primeira turma da EIC montada no presídio. Conheceu, se interessou, enfrentou dificuldades e encontrou motivos para ter esperança e expectativa de um futuro. "Cheguei com a auto-estima baixa e hoje sinto orgulho em saber que sou capaz. O pouco que aprendi e a experiência adquirida fizeram de mim uma educadora consciente, capaz de

ajudar minhas colegas, e com isso estar ressocializando e podendo contemplar os trabalhos maravilhosos que elas são capazes de criar", desabafa. Eliane foi aluna da escola e se tornou uma educadora do presídio feminino. Ela espera receber seu alvará de soltura em menos de 45 dias e já conta com vaga de trabalho garantida pela CDI.

Também presa por tráfico e condenada a dois anos e cinco meses de prisão, a artesã



Marisol vai aproveitar o que aprendeu quando sair

Marisol Eliana de Matos, de 40 anos, também vê mudanças profundas na rotina do presídio depois da instalação da Escola. Artesã profissional, ela cria e produz personagens do folclore da Ilha. Depois do curso veio o desejo de aproveitar o que aprendeu na sua profissão: fez uma etiqueta personalizada para as peças que produz e planeja contar a história dos personagens em textos anexados aos trabalhos, agregando valor. "Isso fez acabar o preconceito que tinha contra mim. Sou outra pessoa hoje e vou sair daqui mais decidida", comemora.



Eliane é a monitora do presídio e está empregada na CDI



Antonio Paulo Póvoas Dias

que, em Santa Catarina já são 30 Telecentros e/ou Salas de Informática. A meta para 2005 é criar mais 15 (a maioria com a Secretaria de Estado da Agricultura mais o ICE-PA, dentro do chamado Projeto Beija-flor). O BB doou mais de mil máquinas para o Comitê.

Trabalho abrange todas as faixas etárias

Na manhã fria de sexta-feira, 16 de setembro, os 22 alunos do curso de Informática e Cidadania da Ação Social de Barreiros, que atende as comunidades dos bairros de São José, Solemar e Ipiranga, receberam seus certificados após quatro meses de aprendizado. Divididos em quatro turmas e orientados por dois voluntários, os alunos, todos de baixa

renda, concluíram o curso, mas podem voltar a utilizar os equipamentos ou passar para uma



Felipe digitou seu primeiro rap

curso com curso mais avançado. Nesta EIC, coordenada por Dermio Felippi, professor cedido pela prefeitura de São José, não há distinção entre crianças, adolescentes, adultos ou idosos para o aprendizado. Aos 65 anos, o aposentado Mário de Paz Rodrigues, residente no bairro Ipiranga, recebeu emocionado seu certificado. "Quero agradecer a paciência que os professores tiveram comigo. Cheguei tímido e com medo da máquina e tive muitos problemas para me adaptar com o mouse.

turma com curso mais avançado.

Nesta EIC, coordenada por Dermio Felippi, professor cedido pela prefeitura de São José, não há distinção entre crianças, adolescentes, adultos ou idosos para o aprendizado. Aos 65 anos, o aposentado Mário de Paz Rodrigues, residente no bairro Ipiranga, recebeu emocionado seu certificado.

Quero agradecer a paciência que os professores tiveram comigo. Cheguei tímido e com medo da máquina e tive muitos problemas para me adaptar com o mouse.

A máquina é muito inteligente. Hoje posso dizer que aprendi e estou acompanhando o progresso", disse orgulhoso.

Não menos feliz estava o menino Felipe Farias, de 11 anos. Estudante da sexta série do ensino fundamental, ele mora em Barreiros e aproveitou o curso para digitar o primeiro rap de sua autoria e que, para seu orgulho, está exibido no mural do curso. "Além de escrever minhas músicas vou aproveitar muito para meu estudo", enfatiza.

Rap do Felipe

Vem povão/somos nós, é quente/é curso de informática na cabeça/e o ensino na mente./Neste curso aprendi/agora estou diplomado/dos colegas me despeço/aos professores obrigado.

CDI em Santa Catarina

Em Santa Catarina, o CDI vem desenvolvendo suas atividades há quatro anos, contando atualmente com mais de 40 EICs (Escolas de Informática e Cidadania) distribuídas nas regiões de Blumenau, Criciúma e Florianópolis.

O CDI-SC, com sede em Florianópolis, coordena mais de 20 escolas, com unidades no Oeste catarinense, em Tubarão e na Grande Florianópolis.

Contatos com a CDI Florianópolis:

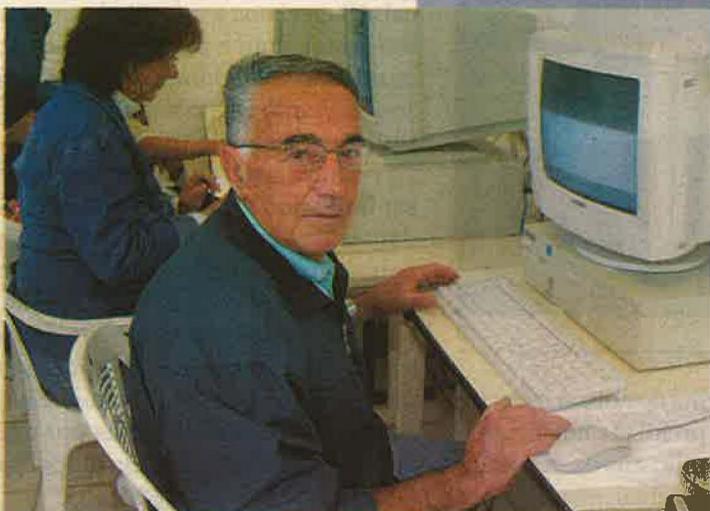
Avenida Rio Branco, 404 - Torre 2 - 1º andar

Centro - Florianópolis

CEP: 88015-201

Fone/Fax: (48) 222-1344 e (48) 222-1024

www.cdi.org.br



O aposentado Marino Duarte não perde nenhuma aula

Legislativo entra no combate à emigração ilegal para os EUA

(foto Solon Soares)

Audiência pública realizada na tarde de quinta-feira (6), em Criciúma, no sul do Estado, debateu a emigração ilegal de brasileiros especialmente para os Estados Unidos. O município é, depois de Governador Valadares (MG), o que registra o maior número de brasileiros que emigram ilegalmente para aquele país.

Essa foi a última, de um total de três audiências públicas promovidas pela CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Emigração Ilegal), presidida pelo senador Marcelo Crivella (PR/RJ), que apura denúncias de emigração ilegal e busca mecanismos de apoio aos brasileiros que vivem na América do Norte. Crivella e o relator da CPMI, senador João Magno (PT/MG); o senador Leonel Pavan (PSDB/SC) - autor do requerimento de realização do encontro - e outros integrantes dos trabalhos desembarcam em solo americano no próximo dia 19 para verificar a gravidade da situação.

Segundo o delegado da Polícia Federal em Santa Catarina, Jones Ferreira Leite, que comandou junto com 200 policiais federais a operação "Bye, Bye Brasil", existem dois grupos distintos patrocinando a saída ilegal de brasileiros para os Estados Unidos: o que fornece documentos falsos e os agenciadores, conhecidos como "coiotes", que atuam na travessia na fronteira México/Estados Unidos.

Um dos relatos apresentados durante o encontro foi o de Maria Cardoso, que mora no município de Içara, sul do

Estado. Seu filho pagou 6 mil dólares antecipados a um agenciador de Criciúma preso pela PF junto com mais 33 pessoas envolvidas com a emigração ilegal. "Quando ele chegou na fronteira do México com os Estados Unidos, para fazer a travessia, tive que pagar mais 10 mil reais ao "coiote" daqui. Meu filho ficou um mês e meio preso nos Estados Unidos. Ele foi para lá em busca de trabalho, pois estava há quatro anos sem emprego. Hoje, ele vive em Portugal, também de forma ilegal para poder trabalhar e segundo ele, a vida lá não é fácil", desabafou.

Para o presidente da CPMI, o relato de Maria Cardoso reflete a gravidade do desemprego no Brasil, onde um terço da população é de desempregados e muitos buscam fora do país, especialmente nos EUA, uma oportunidade. "Num país, onde existe a maior desigualdade e concentração de renda do mundo, há interesse de pessoas de capitalizar fortuna em dólares. Os americanos se beneficiam da mão-de-obra brasileira e há o interesse em mantê-los de forma ilegal. Isso é uma hipocrisia", declarou. Segundo Crivella, há 30 mil brasileiros presos em solo americano aguardando a deportação e que tramita no Senado dos EUA uma proposta de legalização dos trabalhadores estrangeiros que vivem naquele país.



Odete, prefeito Antonelli, João Magno e Crivella, da CPMI, Pavan e Clésio Salvaro



Maria Cardoso: caso grave

Casa do Catarinense

O líder do PSDB na Assembleia Legislativa, deputado Clésio Salvaro, que solicitou a audiência, apresentou a proposta de criação da "Casa do Catarinense", em Criciúma, para atender aos que vivem em outros países. "Precisamos garantir o cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, garantindo a cidadania dessas pessoas", disse Salvaro, que teve suas declarações reforçadas pelo deputado federal Dr. Heleno (PSC/RJ) e pela deputada Odete de Jesus (PL), vice-presidente

da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais da Alesc, e pelo prefeito de Criciúma, Anderlei Antonelli (PMDB).

Filme - No final audiência, os presentes assistiram com exclusividade ao filme "A Fronteira", que estreia nos cinemas brasileiros no mês de novembro. O filme, baseado em fatos reais, foi produzido pelo cineasta Roberto Carminatti, de 29 anos, que viveu em Boston e que durante seis meses pesquisou sobre a história de brasileiros que vivem nos Estados Unidos. (RMPP)

Comunidade avalia projetos para manutenção do ensino universitário

(foto Jonas Lemos Campos)

Comunidade universitária e parlamentares discutiram na terça-feira (11), durante audiência pública da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), o projeto que institui o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino Superior em Santa Catarina. É o PLC nº 25/05, de origem governamental que regulamenta o Artigo 171 da Constituição Estadual.

A audiência da CCJ, presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB), foi realizada no auditório do Senac. Ainda sobre recursos universitários esteve em debate o Projeto de Lei nº 26/05, do deputado Joares Ponticelli (PP), que aprova medida de apoio à manutenção e desenvolvimento do ensino superior estadual de acordo com o Artigo 171.

O deputado Celestino Secco (PP), que solicitou a audiência, é relator dos dois projetos na CCJ e, segundo ele, um complementa o outro. "Enquanto no Artigo 170 o repasse de recursos varia entre 30% e



Parlamentares ouviram e registraram sugestões de estudantes

50%, no Artigo 171 os recursos são maiores e vão de 50% a 100%, com o princípio de igualar oportunidades de competição entre os estudantes. Nesta audiência, bus-

camos a melhor forma de utilizar os recursos públicos, para premiar a eficiência, a eficácia e a efetiva aplicação desses recursos", afirmou o parlamentar, referindo-se à

oportunidade de conclusão do curso, evitando a interrupção dos estudos por falta de condições financeiras e o conseqüente desperdício de dinheiro público.

O estudante Luciano Formigueri disse que, enquanto no Artigo 170 os recursos são estaduais, no Artigo 171, abordado nos dois projetos, há participação de empresas através de isenção fiscal. "Sugerimos a criação de um conselho gestor, com a participação de todos os setores envolvidos, para que os recursos do Fundo sejam exclusivos das instituições de ensino superior."

Outra sugestão foi dada pelo representante do Diretório Central de Estudantes da Unisul, Vinícius Puhl, sobre aplicação de recursos federais no ensino universitário do Estado. "Santa Catarina recebe o menor número de recursos do governo federal, apesar dos enormes investimentos. Somente o Sistema Acafe investe R\$ 2 bilhões por ano no ensino superior. É preciso empenho do governo do Estado." (RMPP)

Foco de febre aftosa no MS mobiliza deputados

A descoberta de um foco de febre aftosa no município de Eldorado, no Mato Grosso do Sul, mobilizou imediatamente os parlamentares. O deputado Reno Caramori (PP) ocupou a tribuna na tarde do dia 11 e manifestou sua preocupação com as conseqüências para Santa Catarina, que está livre da doença há 14 anos. Ele alertou para que a Cidasc (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola Catarinense) faça barreiras que impeçam a entrada de carne de qualquer espécie, principalmente do Paraná.

Segundo Caramori, o Brasil, nos nove primeiros meses deste ano, exportou 3,8 milhões de toneladas de carne bovina, suína e de frango para destinos

como Europa e Estados Unidos. O faturamento foi de 5,9 bilhões de dólares, com perspectiva de incremento para 8 bilhões de dólares. "Santa Catarina exportou 250 mil toneladas de carne suína para a Rússia neste ano e não pode ser penalizado com um possível embargo por parte dos importadores, pois é um Estado livre de aftosa sem vacinação e fez o dever de casa."

Para tentar resolver o problema, Caramori afirmou que o deputado federal Odacir Zonta (PP/SC), juntamente com a bancada ruralista, esteve com o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e outros ministros para buscar uma solução urgente para o caso.

Em aparte, o deputado

Gelson Sorgato (PMDB) comentou que a demora do governo federal em liberar recursos para conter a febre aftosa acarretou grandes prejuízos aos pecuaristas. "Agora eles vão liberar recursos que deverão ser usados como indenização. O que era para prevenir, não vai nem remediar." Sorgato também cobrou da Cidasc que se formem barreiras, a fim de impedir a entrada de carne e subprodutos contaminados.

O líder da bancada do PMDB, deputado Manoel Mota, assegurou que as primeiras providências já foram tomadas. "O governador também está preocupado em como essa situação pode comprometer a nossa produção e agora precisamos agir com rapidez para Santa Catarina não ser prejudicada", afirmou. (SCT/TK)

Herneus quer transferência imediata de traficante

O presidente em exercício do Legislativo estadual, deputado Herneus de Nadal (PMDB), foi enfático ao declarar que a população catarinense exige a retirada imediata do traficante conhecido como "Fernandinho Beira-mar", preso na carceragem da Polícia Federal, em Florianópolis. "Melhor seria se a retirada desse elemento acontecesse antes da reunião marcada para a próxima segunda-feira, em Brasília, com o ministro da Justiça, Márcio Tomaz Bastos", salientou durante a sessão plenária de quinta-feira (13).

No encontro será entre-



Herneus: "Não merecemos isso"

que um documento dos poderes constituídos, além da OAB, juízes federais, Ministério Público e prefeitura da Capital, com justificativas do pedido. A principal, segundo Herneus, é a segurança da população. "Esperamos que o esforço do Executivo, Legislativo, Judiciário e demais órgãos e instituições possa ser acatado pelo ministro. Melhor seria se antes disso o apenado fosse retirado de Santa Catarina. Ele é um detento extremamente perigoso e pernicioso à sociedade", afirmou o parlamentar. (RMPP)

Ana Paula denuncia falta de pessoal no Hemosc

O prazo mínimo de 90 dias para a realização de exames de compatibilidade para transplantes de medula no Hemosc motivou a deputada Ana Paula Lima (PT) a exigir providências urgentes do secretário Estadual da Saúde, Dado Cherem. Segundo a parlamentar, a direção do Hemosc relatou que o laboratório de imunogenética tem apenas seis funcionários que trabalham 24 horas, o que pode provocar seu fechamento. "Diante da gravidade da situação e da falta de posicionamento do secretário Dado Cherem, apresentamos na Comissão de Saúde um requerimento para

realizar uma audiência pública, no próximo dia 31."

Ana Paula afirmou que "é impossível se calar diante de uma situação tão escabrosa, que coloca em risco todos os transplantes de Santa Catarina". Conforme a deputada, "a direção do Hemosc alertou que a Secretaria da Saúde precisa contratar mais dois funcionários para o laboratório de imunogenética continuar operando, pois é preciso dobrar o quadro para atender a de-



Deputada petista pediu audiência pública

manda dos doentes de câncer de medula". (TK)

Aprovados

Tribunal de Contas tem novo conselheiro

Com 18 votos favoráveis e sete contrários, os parlamentares aprovaram na terça-feira (11) o Projeto de Decreto Legislativo nº 15/05, que indica César Filomeno Fontes para ocupar o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Uma comissão especial foi formada na Assembléia Legislativa para analisar o nome encaminhado pelo governador Luiz Henrique da Silveira entre membros do Ministério Público. "Pelo seu currículo, história e formação, o procurador César Filomeno Fontes cumpre todos os requisitos para ocupar a função", declarou em Plenário o deputado Celestino Secco (PP), relator da comissão que teve como presidente o deputado Onofre Agostini (PFL). (RV)

BR-101

Aprovada moção de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), solicitando "todas as medidas que se fizerem necessárias" à alocação de recursos financeiros para a duplicação do trecho sul da BR-101. A moção do pefelista foi encaminhada ao relator do Orçamento da União, deputado federal Carlito Merss (PT).

O montante anunciado de R\$ 8 milhões para custear as despesas com a duplicação do trecho sul da BR, afirma o parlamentar, são insuficientes para a execução das obras. "Por isso, encaminhei moção ao deputado Carlito, solicitando esforços junto ao Orçamento Federal/2006, a fim de aumentar os recursos financeiros para a obra."

Mota comemora parecer do TCE

Em discurso da tribuna, na sessão plenária do dia 6, o deputado Manoel Mota (PMDB), comemorou o parecer do TCE (Tribunal de Contas do Estado), que admite a concessão de subvenção social para os sindicatos dos trabalhadores e dos empregadores na agricultura. O parlamentar salientou que há dois anos vem lutando para que as entidades representativas da categoria fossem contempladas com essa decisão, beneficiando de uma maneira mais ampla todos os produtores rurais catarinenses.

Mota enfatizou o esforço concentrado para sensibilizar o TCE e que a conclusão do relator, vice-presidente da instituição, conselheiro José Carlos Pacheco, vem resgatar, em parte, uma grande dívida que a sociedade tem com o homem do campo. "Foram dois anos de incansável trabalho, onde a cada dois dias reivindicava-se junto aos conselheiros e



Parlamentar elogiou esforço do Tribunal

aos presidentes e ex-deputados, Luiz Susin Marini (já aposentado) e Otávio Gilson dos Santos para que as subvenções fossem alcançadas pelos sindicatos que representam os agricultores catarinenses. "Isso vai dar condições para que os sindicatos, peças fundamentais da nossa agricultura, possam receber subvenções sociais. A agricultura tem sofrido com estiagens, grnizo e é penalizada com os baixos preços. As subvenções, devem melhorar a situação do homem do campo e reduzir o êxodo rural." (CA)

Dispensa de licitação é alvo de denúncia e ação popular

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), anunciou da tribuna, na tarde do dia 11, que ingressou naquela mesma tarde, com representação junto ao Ministério Público Estadual e ao Tribunal de Contas do Estado, para que investiguem a dispensa de licitação pela Secretaria Estadual do Planejamento, Orçamento e Gestão na contratação da empresa Praxis, Feiras e Congressos. A empresa realizou seminários de descentralização do governo, de capacitação, destinados a ocupantes de cargos comissionados, reuniões do colegiado estadual e o simpósio internacional Empresa, Mercado e Design.

Os eventos foram realizados nos municípios de Laguna, Chapecó, Santo Amaro da Imperatriz, Florianópolis, Blumenau, Chapecó, Lages, Fraiburgo e São Miguel d'Oeste. "Todos nós temos que provar nossa decência



Vieirão: representação para esclarecer

através da transparência. E por isso é preciso investigar", disse Vieirão.

Pregão - Vieirão também falou sobre a resposta que obteve da Secretaria da Fazenda em relação ao Pedido de Informação nº 117/05, a sua solicitação de cópias de processos administrativos que deu origem ao SEF/Donner & Prosper e que tratam de dispensa de licitações.

Segundo o parlamentar, a secretaria promoveu licitação pública na modalidade de pregão com o objetivo de contratar empresa de prestação de serviços de consultoria e planejamento estratégico. "Só que a legislação estadual admite o pregão apenas para a aquisição ou contratação de bens e serviços comuns, e não relaciona nesta definição serviços de assessoria e consultoria. Há o fato do direcionamento de empresas e a igualdade dos preços apresentados por duas das concorrentes. Tem alguma coisa errada aqui", concluiu. (GMP)

Hospital pede credenciamento

O Hospital São José, de Criciúma, está solicitando credenciamento para a realização de cirurgias de transplante de coração. Segundo o deputado Clésio Salvaro (PSDB), a instituição enviou no dia 13 à Secretaria Estadual da Saúde uma série de documentos com essa finalidade. "Além de atender uma grande demanda de pacientes, o hospital está preparado para receber mais essa incumbência. Temos uma equipe técnica preparada e capaz", disse.

O deputado ainda afirmou que a instituição, que já faz a captação de rins, fígado, pulmão e coração, se for credenciada, será a segunda do Estado a fazer esse tipo de cirurgia. "Foram nove meses de trabalho duro para obter os documentos. O hos-



Salvaro: "Credenciamento em novembro"

pital é referência em saúde no Estado e estamos devidamente preparados. Esperamos que até novembro tudo esteja pronto", concluiu Salvaro. (GMP)

Dionei lamenta atitudes do governo e da Casan

O governo da "descentralização de Luiz Henrique da Silveira (PMDB)", de acordo com deputado Dionei Walter da Silva (PT), está "abusando" do poder na medida em que instituiu um concurso de redação, frases ou desenho para alunos da rede estadual, da pré-escola ao ensino médio, tendo como tema a descentralização. "É um absurdo realizar um concurso com esse tema."

Ele afirmou em discurso na manhã do dia 6, que o presidente da Casan, Walmor de Lucca, deu um "mau

exemplo" para a sociedade ao dizer à reportagem do *Diário Catarinense*, publicada em matéria daquele dia, que não pagaria as dívidas da Casan com a Celesc porque pretende usar o dinheiro para outros investimentos. "Esse, sem dúvida, é um mau exemplo", lamentou Dionei.

Em aparte, o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) comentou que o presidente da Casan precisa aprender que "primeiro pagamos as nossas contas e depois fazemos investimentos com o que sobra". (TM)



Dionei: "De Lucca deu mau exemplo"

Lício sugere administração por índices

A forma como os Poderes Executivos vem sendo administrados foi comentada pelo deputado Lício Mauro da Silveira (PP), na manhã de quinta-feira (13). Para o progressista, os administradores públicos têm que governar ou gerir, não através de discurso fácil ou distribuição de dinheiro, mas utilizando como base índices como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), criado pela ONU (Organização das Nações Unidas).

Ele acredita que todo governo deve ter suas ações procurando atingir o IDH acima da



Para Lício, índices ajudam na gestão

faixa da pobreza. O IDH avalia uma série de elementos, como a expectativa de vida e níveis de educação e renda do cidadão, cuja variação está entre 0 e 1: de 0,8 a 1 atinge um bom índice de desenvolvimento, de 0,5 a 0,79 índice médio, e abaixo de 0,5 considera-se de baixo desenvolvimento. "Em nosso Estado ainda temos municípios com o IDH muito baixo. O maior desafio ainda é aumentar a renda da população. O associativismo e a agregação de valores a produtos são formas de atingir este objetivo". (DAB)

Genésio diz que iluminação em serra está resolvida

O deputado Genésio Goulart (PMDB) garantiu na sessão de quinta-feira (13) que a iluminação da Serra do Rio do Rastro será recuperada. De acordo com ele, a decisão foi uma das primeiras medidas anunciadas pelo novo presidente da Celesc, Miguel Ximenes. A iluminação daquela Serra tem sido objeto de embates em Plenário há semanas.

Na semana passada, uma entrevista concedida à RBS TV pelo secretário de Infra-estrutura, Mauro Mariani (PMDB), desencadeou novas críticas do deputado Joares Ponticelli (PP), à falta de manutenção do sistema de iluminação da Serra do Rio do Rastro. A reportagem, de acordo com informações dadas pelo deputado Ponticelli na sessão do dia 5, denunciava as péssimas condições de tráfego na Serra devido à falta de iluminação e manutenção. Segundo o parlamentar, Mariani teria responsabilizado a administração de Esperidião Amin (PP), que antecedeu Luiz Henrique da Silveira (PMDB), pelas condições atuais da serra.

"A Serra do Rio do Rastro está há mais de um ano sem luz e suas condições de tráfego são precárias, e tudo isso resulta da inveja, do ciúme e da raiva de um governo que não quer cuidar ou não é capaz de administrar o trabalho realizado pelo go-

verno anterior. Onde está o governo da descentralização e suas SDRs (Secretarias de Desenvolvimento Regional), que podem requerer a manutenção da rodovia?", perguntou.

Justificativa - O deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) afirmou na ocasião que o secretário Mauro Mariani encontraria em seu trabalho uma solução para resolver o problema. "Tenho certeza de que essa parte ainda não foi realizada por falta de viabilidade", destacou.

Na mesma sessão, o deputado Manoel Mota, líder do PMDB na Casa, havia assegurado que a Celesc tinha encampado as ações e imediatamente recuperaria a iluminação da serra.

Em aparte depois da confirmação dada por Goulart no dia 13, o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), lamentou a demora na decisão de recuperar o sistema e cumprimentou o novo presidente da estatal de energia elétrica pelo encaminhamento. "Precisou mudar o comando da Celesc para que isso acontecesse. Aquele portal turístico, um patrimônio histórico de Santa Catarina, não pode ficar às escuras", salientou, chamando a atenção dos governistas para as condições da pavimentação da Serra, atualmente, conforme Vieirão, em más condições de tráfego. (TM/MAP)

Professores temem mudanças no Estatuto do Magistério

O deputado Paulo Eccel afirmou em Plenário, na manhã do dia 5, que os parlamentares estão recebendo diversos e-mails de professores da rede pública do Estado preocupados com o anteprojeto do governo que altera o Estatuto do Magistério Público Estadual. Os deputados não têm conhecimento oficial do projeto, pois este ainda não foi encaminhado pelo governo à Assembleia Legislativa. De acordo com Eccel, o anteprojeto reduz de 224 para 76 o número de artigos do Estatuto. "Não é só redução de direitos. Hoje, o professor é lotado na sua unidade escolar e, com o anteprojeto, a lotação vai ser em Centros Municipais de Lotação", adiantou. O anteprojeto está sen-

do discutido com os professores e muitos deles têm pedido aos deputados que votem contra a proposta. Eccel teme que o projeto chegue à Casa somente no início do próximo ano e que seja apreciado durante convocação extraordinária.

O parlamentar também informou que na próxima semana o deputado Francisco de Assis (PT) deve apresentar informações de como estão sendo distribuídos os recursos do Fundo Social aplicados em subvenções sociais. "Eles não estão sendo enviados para todo o Estado", antecipou. O pedido de informações ao governo do Estado foi aprovado em Ple-



Eccel diz que há redução de direitos

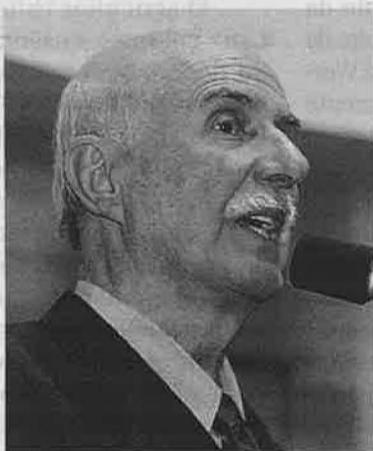
nário, no dia 13 de setembro. A proposta foi do deputado Francisco de Assis.

Segurança - O líder do PT comentou ainda, um dia antes, que tem recebido denúncias que afetam a falta de segurança na região de Porto Belo. (MAP/ SCT)

Küster duvida de obras na BR-282 neste ano

Reafirmando o discurso proferido na audiência pública do dia 30 de setembro, em São José do Cerrito, o deputado Francisco Küster (PSDB) disse, na tarde do dia 5, duvidar de que fiquem prontas até o final do ano as obras de conclusão da BR-282, nos trechos entre São José do Cerrito e Vargem e entre Vargem e o entrocamento da BR-470, em Campos Novos.

"Através da audiência pública realizamos um grande debate, mas infelizmente acredito que os R\$ 18 milhões que estamos aguardando, que já estariam à disposição em Brasília, ficarão presos pela burocracia. Como eu disse em São José do Cerrito, esse dinheiro já era", sentenciou.



Deputado não crê na liberação

Entretanto, Küster de-

fendeu que o Fórum Permanente para a Conclusão da BR-282, presidido pelo deputado Romildo Titon (PMDB), deve continuar trabalhando para que a obra saia do papel.

Em aparte, Sérgio Godinho (PSB) lembrou que todos correm risco de morte ao trafegar pela BR-282, inclusive no trecho de Lages. "Vou viajar daqui a pouco e já estou preocupado, pois a sinalização é péssima, o que torna o trecho extremamente perigoso", comentou. (TK)

Afrânio questiona resultados de reunião

Os resultados da reunião realizada no último dia 10, entre o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e a Fiesc (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina), deixaram o deputado Afrânio Boppré (P-SOL) insatisfeito, conforme ele destacou em Plenário. Segundo sua avaliação, os encaminhamentos para as questões relativas à legislação ambiental, não suprem as verdadeiras necessidades das indústrias

De acordo com suas explicações, as notícias que es-

tão circulando na mídia dão conta de que o governador assinou um decreto ampliando o prazo de vigência das LAOs (Licenças Ambientais de Operação), de um para quatro anos, e formou comissões para, no prazo de 15 dias, apresentarem soluções às dificuldades de competência do Estado, assumindo assim vários compromissos. "Isso é encenação do governo, pois esse encontro que foi batizado de *superdespacho* não tem fun-

damento. São notas sem sentido", definiu..

Afrânio argumentou que o decreto assinado e que visa prolongar o prazo das licenças ambientais não é nenhuma conquista, já que a Resolução nº 237, emitida em 1997, em seu Artigo 18, diz que o prazo, que já é de quatro anos, pode ser válido por até 10 anos. "O governador não apresentou absolutamente nada de novo, acredito que ele esqueceu de levar o Plano 15 para apresentar uma nova proposta", enfatizou. (TM)

DOS GABINETES

Orçamento

A proposta de Lei Orçamentária Anual (Orçamento do Estado) para 2006, encaminhada à Assembleia Legislativa há uma semana, prevê uma redução de estimativa de receita de R\$ 511 milhões, segundo informou o presidente da Comissão de Finanças, deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT). A previsão do Orçamento deste ano elaborada em 2004 foi de R\$ 9,189 bilhões (oito bilhões e seiscentos e oitenta e nove reais). Para 2006, o valor estimado é de R\$ 8,677 bilhões (oito bilhões, seiscentos e setenta e sete milhões de reais).

O governo também não prevê investimentos em Saúde e Educação além dos limites constitucionais, isto é, 12% em Saúde e 25% em Educação. "Devido a redução que o governo propõe de mais de meio milhão de reais, estas áreas

vão ficar prejudicadas, em consequência da insensibilidade governamental que só sugere investimentos dentro do limite constitucional", comenta Dentinho.

No projeto de Lei Orçamentária Anual o governo prevê que um quarto do Orçamento pode ser alterado por decreto. "Isto é um desrespeito com a população que participou das audiências do Orçamento Regionalizado e com a própria Assembleia Legislativa. Dar autonomia para o Estado modificar 25% do Orçamento, conforme sua vontade, é inadmissível", critica o presidente da Comissão de Finanças.

Relator - Dentinho esteve analisando a proposta orçamentária desde que ela foi enviada pelo governo, no dia 30 de setembro. Na terça-feira (11), o deputado Dionei Walter da Silva (PT) foi designado relator. (RA)

Moção

A estrutura organizacional da DRT (Delegacia Regional do Trabalho) em Santa Catarina está em vias de passar por mudanças. Diante desta perspectiva, o deputado Afrânio Boppré (P-SOL) solicitou ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), que encaminhe moção ao delegado regional do Trabalho no Estado,

Odilon Silva.

O documento diz: "A Assembleia Legislativa de Santa Catarina, acolhendo proposição do deputado Afrânio Boppré, solicita que qualquer alteração na estrutura organizacional da Delegacia Regional de Trabalho no Estado seja efetivamente discutida com os trabalhadores e suas entidades sindicais". (CR)

Hemosc

O Plenário aprovou indicação, de autoria do deputado Cesar Souza (PFL), solicitando ao governo do Estado medidas urgentes para solucionar impasse gerado entre a administração estadual e a prefeitura de Itajaí. A questão refere-se ao retorno do posto de captação de sangue do Hemosc, naquele município. O pleito do parlamentar foi encaminhado ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e ao secretário da Saúde, Dado Chorem.

De acordo com o parlamentar, o posto se faz necessário, tendo em vista que o Hospital Marieta Konder Bornhausen passou a abrigar o Instituto do Coração, afetando assim, os pacientes mais carentes e

os que necessitam de tratamento imediato. "É grande a demanda por bolsas de sangue e hemocomponentes, uma vez que o consumo, atualmente, gira em torno de 300 bolsas por mês."

Souza disse ainda que a administração daquele hospital anunciou que só tem estrutura para fazer a transfusão e não para a captação de sangue. Por isso a necessidade de haver um posto do Hemosc. "É lamentável e causador de sofrimento para a sociedade o que vem acontecendo naquele município, lembrando ainda que é um dever do Estado garantir saúde ao cidadão, preservando sua integridade", afirmou. (Liderança do PFL)

Meia entrada

Foi promulgada a lei que obriga os estabelecimentos que promovem eventos culturais e desportivos a afixarem em suas dependências internas, em local visível nas suas bilheterias, o conteúdo integral da Lei da Meia-entrada. A Lei nº 13.455, que altera a Lei nº 12.570 (Lei da Meia-entrada), de autoria do deputado Paulo Eccel, passou a vigorar em agosto, e além de obrigar a divulgação com cartazes irá multar em R\$

500,00 por dia os estabelecimentos que não cumprirem a determinação.

A lei garante que menores de 18 anos e estudantes paguem meia-entrada (50% do valor) em eventos culturais e desportivos em todo o Estado. O direito à meia-entrada já está em vigor, mas a ausência de um dispositivo que punisse os estabelecimentos que não cumprissem a lei fez com que o deputado Paulo Eccel apresentasse a proposta. (CM)

Assembléia discute demarcação de terras indígenas

Audiência no dia 10 reuniu mais de 2 mil agricultores no Extremo-oeste

Scheila Dziedzic

Faz 58 anos que estamos nesta terra e temos a escritura para provar isso. Este chão foi tudo o que conseguimos juntar durante a vida toda. Desde que começou esta situação estou em depressão". A manifestação é da agricultora do município de Saudades, Oeste do Estado, Sônia Cintia Reinehr e sintetiza o receio de outras 121 famílias que possuem terras com as escrituras públicas de posse nos municípios de Saudades e Cunha Porã. Sônia fez o desabafo durante a audiência pública promovida pela Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, no dia 10, terça-feira, em Saudades. Nas mãos, a agricultora trazia o documento de posse das terras onde vive, um papel amarelado pelo tempo.

A possibilidade de perda das terras existe desde 2000, quando iniciou o processo capitaneado pela Funai (Fundação Nacional do Índio) para que a área de 2.721,28 hectares, equivalente a 250 campos de futebol, localizada 2/3 nos limites de Saudades e 1/3 em Cunha Porã fossem demarcadas como terras indígenas, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988. E agora parece estar mais próxima. No dia 15 de setembro foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria de nº 85, assinada pelo presidente da Funai Mércio Gomes, na qual ele reconhece estudos apresentados pela antropóloga Kimiye Tommasino definindo a área como da tribo Guarani-Nhandéva Chirripa.

O assunto foi discutido no dia 10, na Linha Itapé, distrito de Juvêncio, em Saudades, em audiência pública promovida pela Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia. Das discussões, foi tirada a Carta de Itapé, subscrita pelos 2.200 agricultores presentes. O documento será juntado ao processo de defesa da posse das terras.

O presidente da comissão, deputado Gelson Merísio (PFL), afirmou que a gravidade dos impactos econômico e social que a decisão poderá causar, motiva o envolvimento do Legislativo no problema. "Por isso a disposição de intervir e acom-

panhar de perto a questão. Diferente daquelas pessoas de Brasília que não acompanham a realidade, tendo uma visão apenas através de papéis e informantes, nós estamos atentos ao que está acontecendo". Merísio se manifestou pela manutenção do Estado de Direito. "Se isso não for respeitado estaremos perdendo a noção do Direito". Entre as sugestões apresentadas pelo parlamentar, está a aquisição pelo governo federal de uma outra área para a reserva.



Deputado Herneus de Nadal

Deputados apóiam agricultores

O deputado Herneus de Nadal (PMDB) informou sobre a criação do Fórum Parlamentar, proposto por ele, para acompanhar a questão. Citando o ex-presidente, Tancredo Neves que dizia que "quem não se reúne se desune", reafirmou a disposição de estar junto com os agricultores na luta pela manutenção das terras. "É do princípio da União que precisamos para enfrentar a situação. Não vamos tangenciar, estaremos ao lado daqueles que produzem", comenta. Ele acrescenta que o desafio agora é questionar o laudo publicado pela Funai na Portaria nº 85. "O que lá está colocado não espelha a verdade. Precisamos descaracterizar e recolher todos os elementos e informações que possibilitem a defesa nos próximos 60 dias no processo administrativo". Segundo Nadal, se não houver êxito na área administrativa, ele acredita que o senso de responsabilidade e justiça poderá ser recuperado através do Poder Judiciário. O parlamentar disse que vai reforçar o pedido para que a Epagri auxilie os agricultores na elaboração de laudo sócio-econômico, o qual subsidiará a contestação do laudo da Funai.



Muitos já mostram desespero com a situação



(fotos Solon Soares)

Famílias que receberam documento de posse há décadas estão ameaçadas de perder as terras

Manifestações

Os agricultores da região estão organizados em um movimento de Defesa da Propriedade, Dignidade e Justiça Social, denominado DPD. O presidente da entidade, o vice-prefeito de Saudades, Celito José Werlang, criticou severamente as autoridades eclesiásticas que estariam, conforme suas conclusões, por trás de um movimento que procura atrair os índios para a região. Segundo Werlang, na época da colonização da área as mesmas autoridades diziam que a ocupação se daria por católicos germânicos e italianos. "Os índios não passam de coitados porque estão sendo usados para atingir outros interesses", disparou.

O prefeito de Saudades, Wilson Warmling citou o artigo 5º da Constituição Federal, que define a igualdade de direitos e deveres aos brasileiros, independente de raça e cor. "Eles

(os índios) estão sendo usados como massa de manobra. E de nada adianta resolver um problema social criando outro".

O agricultor Hilton Lanz cobrou a ausência do deputado Pedro Baldissera - Padre Pedro (PT) na audiência e sua explicação sobre de onde sairiam os recursos para as indenizações se houver a desapropriação das terras. O parlamentar é autor de projeto de emenda constitucional - já aprovada pelo Legislativo - que remete ao Estado de Santa Catarina o pagamento das indenizações. Foi o Estado, justificou o autor, quem concedeu as terras para as companhias colonizadoras venderem aos colonos.

O deputado federal Gervásio Silva (PFL/SC) reforçou as críticas ao CIMI dizendo que por trás das ações envolven-

do a disputa de terras existem muitos interesses que não seriam o de defesa dos índios. "Não creio que as ações do CIMI sejam de interesse do país. Nossa produção interessa aos concorrentes internacionais que financiam estes grupos". Gervásio afirmou ainda que os valores propostos para as indenizações não vão proporcionar aos agricultores a qualidade de vida que se tem hoje no campo. "Eles acabarão em favelas e num subemprego". Lembrou que as famílias desapropriadas para a criação em 1961, do parque nacional em São Joaquim, ainda não receberam indenização.

O secretário de estado da Articulação Nacional, Valdir Colatto, informou que para desapropriar as 21 áreas reivindicadas como terras indígenas em Santa Catarina, são necessários R\$ 500 milhões.



"Não queremos a indenização, queremos permanecer em nossa terra. Eu nasci na comunidade de Itapé. Meu pai se casou e ganhou a terra. Assim como meus avós e bisavós, quantos familiares de vocês não estão enterrados aqui? Colonizamos este lugar e agora vêm eles (Cimi - Conselho Indigenista Missionário) e colocam índios aqui. O interesse não é a defesa dos índios, mas outros como a água potável que existe no sub-solo e desperta interesses externos".

Ivanor Paulo Huff